

PANORAMA SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS: DIZERES DAS/OS PROFESSORAS/ES

Mauricio Santana ¹
Jeanes Martins Larchet ²

RESUMO

Nos últimos anos, a diversidade sexual e o currículo escolar são tópicos de discussões sobre diversidade, identidade e currículo. Os estudos desta pesquisa são sustentados nos referenciais sobre sexualidade (FOUCAULT, 1988); diversidade sexual (LOURO, 2020); Colling (2018); Louro (2000, 2004, 2016, 2020); Scoot (1995); Butler (2013); FERNANDES (2011) e; currículo MACEDO (2017,2018); SILVA (2002, 2005). O objetivo é analisar as concepções das/os professoras/es sobre diversidade sexual e identificar quais práticas sexistas e cisheteronormativas se fazem presentes no cotidiano do fazer pedagógico da/o professor/a, como o intuito de promover “brechas” curriculares que problematizam o discurso dominante sobre sexualidade e invisibiliza as multiplicidades de identidades sexuais existentes no ambiente escolar. O método adotado é um estudo de caso do tipo participante SCHMIDT (2006); Brandão (2007), com abordagem metodológica qualitativa realizada a partir da aplicação de questionários semiestruturados, os colaboradores foram todas/os as/os professoras/es, as coordenadoras e as/os gestores escolares da rede pública de ensino de Gandu/Ba., os indicadores das respostas do questionário apontam que as discussões acerca das diversidades sexuais estão presentes, mas continuam invisíveis e sofrendo rejeição pelos pares nas escolas públicas do município de Gandu. Com base na análise dos conteúdos coletados (BARDIN, 2011), as falas dos (as) participantes revelam as existências de situações vivenciadas, as quais reverberam que as sexualidades dissidentes se fazem presente no interior das escolas, evidenciando que a formação dos docentes acerca do assunto é um caminho a ser traçado para a compreensão sobre currículo, diversidade e as identidades sexuais, haja vista que na rede municipal de ensino não há políticas de formação continuada inerentes para o estudo acerca da temática que propicie saberes e possibilidades de fazeres na atuação docente.

Palavras-chave: Professores da Educação Básica, Currículo, Documentos oficiais da educação, Diversidades Sexuais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação não pode ser concebida sem o entendimento da linha temporal da História e da tentativa de silenciamento e apagamento das temáticas relacionadas às diversidades sexuais, gênero e o currículo escolar, tornando-se necessário problematizar e enfrentar os efeitos verossímeis da LGBTfobia dentro do ambiente escolar, do

¹ Mestre em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, msantana@uesc.br

² Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, jeanes@uesc.br

estabelecimento das regras e padrões cisheteronormativas e da herança deixada pelo sistema machista. De acordo a Foucault (2004), precisamos reflexionar sobre a existência de um sistema de poder que inviabiliza, impede e invalida saberes produzidos por grupos subalternizados. Afirma que as massas podiam falar por si, mas entendeu que existia constantemente uma interdição para que essas vozes pudessem ser ouvidas.

A drástica diminuição dos investimentos na educação brasileira; o desenvolvimento do movimento escola sem partido, que coloca em pauta uma irreal neutralidade das/os professoras/es no seu fazer pedagógico em sala de aula, dificultando o desenvolvimento do senso crítico em atividades curriculares; e a supressão das discussões de gênero da maioria dos planos municipais, estaduais e nacionais, por pressão da ala de políticos ligados ao conservadorismo e fundamentalismo religioso contra ao que convencionaram denominar de “ideologia de gênero”, que iria de encontro aos princípios da família tradicional brasileira, culminam em uma série de movimentos que representam o retrocesso que a educação brasileira está enfrentando.

No entanto, mesmo diante de tantos enfrentamentos, é preciso trazer à tona um panorama das temáticas educacionais direcionadas ao currículo escolar da educação básica e a diversidade sexual. Os estudos sobre gênero e sexualidade são vistos como uma ameaça por grupos reacionários porque questionam a cisheteronormatividade, o determinismo biológico e os discursos normalizadores. Questionar o determinismo biológico e falar sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual ainda é visto com resistência, tanto no seio familiar quanto nas escolas.

Apesar de todo um arcabouço de dispositivos legais que orienta a inclusão da temática da diversidade sexual nos currículos escolares, o que se observa na prática é a persistência de um modelo curricular e práticas pedagógicas que se distanciam do que preconizam as normativas e o fazer pedagógico. Infelizmente, a escola como retrato da sociedade não é um espaço que acolhe as diferenças, muito pelo contrário. Relatório realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), mostrou que no ano de 2021:

300 LGBTQ+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBTQ são assassinados: uma morte a cada 29 horas. Em 2021, os homossexuais masculinos voltaram novamente a ocupar o primeiro lugar no ranking de mortes de LGBTQ+: 153 gays (51%), seguidos das travestis e transexuais com 110 casos (36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans 4 casos (1,33%), uma ocorrência de pessoa não binária e um heterossexual, este último confundido com um gay. (Relatório do Grupo Gay da Bahia, 2021, p.03)



Nesses termos, pensar a escola como um espaço que oportuniza a construção/desconstrução de saberes alinhado a uma práxis que trabalha com a diversidade, é possibilitar que temas invisibilizados sobre a diversidade sexual sejam potencializados a partir das existências de identidades sexuais, da democratização dos gêneros, das juventudes, das liberdades e das subjetividades que estão presentes na escola. No entanto, Louro (2016) nos alerta que “na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos escondidos e privados, e exercida uma pedagogia da sexualidade...”. (LOURO, 2016, p. 30).

É crucial enfatizar que é papel da escola ensinar a pensar e provocar discussões reflexivas sobre as questões contemporâneas. Nesse contexto, cabe dizer que é função da escola trabalhar as questões de gênero, identidade e indicar a existência da diversidade sexual, de forma que não haja exclusão. O currículo das escolas deveria ser pautado na inclusão, mas, infelizmente, a realidade é bem diferente dos textos que norteiam a educação básica de nosso país. Comumente, deparamo-nos com discursos ou práticas que excluem ou separam, seja como uma avaliação seja na forma de vestir, no comportamento ou qualquer outra demonstração de preconceito.

METODOLOGIA

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa de campo realizada na rede pública municipal de Gandu-Bahia, a partir da aplicação de um questionário. O questionário *google forms* com questões abertas e fechadas foi aplicado para todas/os as/os professoras/es, as coordenadoras e as/os gestores escolares da rede pública de ensino de Gandu, das seguintes etapas e modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais, educação do campo, educação especial, educação de jovens, adultos e pessoas idosas e o ensino médio.

Este instrumento de coletas de dados, objetiva analisar as concepções das/os professoras/es, das coordenadoras e das/dos gestores escolares nas escolas públicas do município de Gandu acerca de currículo e sexualidades com o intuito de promover “brechas” curriculares que problematizam o discurso dominante sobre sexualidade que ainda invisibiliza as multiplicidades de identidades sexuais existentes no ambiente escolar. Não participaram da pesquisa as/os professoras/es que não fazem parte da rede pública de ensino, bem como as/os professoras/es que não quiseram responder os questionários.

Para tanto, utilizamos conceitos e referenciais teóricos produzidos por autores/as que transitam pelo campo do currículo, sexualidade e educação. A organização e a análise dos

dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo, a partir da perspectiva operacional é direcionada por interpretação, dos depoimentos, dos documentos, objetivando a constituição de dados acerca dos currículos escolares e das diversidades sexuais dentro das diversas modalidades de ensino.

Esta investigação, adota a abordagem qualitativa, por entendermos que a pesquisa qualitativa é mais pertinente a pesquisa sobre educação e visto que conforme destaca Martinelli (1999), nas pesquisas de abordagem qualitativa, todos os fenômenos e fatos são fundamentais.

É preciso destacar que a abordagem de cunho qualitativo, na visão de Lüdke e André (1986), propicia ao pesquisador uma riqueza de dados a partir de um enfoque da realidade estudada, ao tempo em que viabiliza ao investigador uma aproximação com a perspectiva apresentada pelos sujeitos envolvidos no estudo. No caso deste artigo, que é fruto de uma pesquisa desenvolvida no mestrado, visa pensar acerca da questão da diversidade sexual, educação e o currículo escolar no contexto da educação básica da rede pública de ensino do município de Gandu-Bahia com vistas à inclusão dessa temática nas discussões pedagógicas no âmbito escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando se pensa em LGBTQIAfobia no ambiente escolar, não se pode deixar de perceber uma articulação intrínseca com as identidades sexuais e faz-se necessário refletir sobre o fato de que a sociedade constrói o jeito de ser do homem e da mulher, define o que é masculino e o que é feminino. Então, o grande incômodo nos educadores não tem a ver necessariamente com a orientação sexual da/o estudante, mas, possivelmente, com a imposição que é feita pela cultura que padroniza práticas entendidas como femininas ou masculinas, referentes à “performatividade” (BUTLER, 2013, p. 8), excluindo quem não se enquadra nestes comportamentos impostos. Esse princípio Butler denomina “heteronormatividade”.

Miskolci (2009) em conformidade com Butler confirma que a heteronormatividade perpetua um modelo social imposto que regula os corpos das pessoas e os modos como elas se relacionam. É possível corroborar que se trata de uma norma que põe limite “[...] como natural certa coerência entre (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa)”. (SEFFNER, 2013, p. 150).

A heteronormatividade está no bojo das discussões curriculares e das relações que são estabelecidas dentro das escolas, e de acordo com Louro (2016, p.16), “a heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal”. Assim, os sujeitos que não se enquadram dentro destas normas instituídas pelo binarismo e de oposição não são reconhecidos em suas identidades, dessa maneira, não são vistas/os como as/os estudantes que merecem respeito e passam a ter seus direitos violados.

Cabe-nos perguntar: Tem a escola e as/os professoras/es tomado para suas práticas curriculares o que preconizam as diretrizes? Infelizmente, apesar de a legislação educacional incluir, mesmo que de forma transversal, essa questão, o que se percebe na prática pedagógica é uma profunda invisibilidade e silenciamento em relação a esse tema por parte dos currículos, escolas e professoras/es. Sendo assim, implementar o currículo é uma ação oportuna para um movimento de emancipação e inclusão dos sujeitos, já que nos aproximamos da ideia de que:

A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social. Por outro lado, os professores e as professoras, não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação do indivíduo. (SILVA, 2005, pp. 54-55).

O currículo é um lugar oportuno para que saberes e fazeres docentes, a partir de discernimento epistemológico e autonomia metodológica, tratem gênero e diversidade sexual na perspectiva da equidade. “[...] professores e alunos precisam encontrar maneiras de evitar que o único discurso se transforme em local de certeza e aprovação. Os professores precisam criar espaço para um mútuo engajamento das diferenças vividas [...]” (SILVA, 2002, p.106).

A escola deve encarar as identidades e diversidades sexuais como uma realidade, uma vez que os corpos identitários estão no ambiente escolar, o que torna impossível negar o que existe de concreto na vida das pessoas. Em sala de aula, nos espaços escolares e, principalmente, fora dos muros das escolas, tanto alunos como professoras/es estão vivenciando a diversidade sexual e, por conseguinte, ela deve ser vivida, sentida e respeitada em todos os contextos sociais, inclusive na escola.

Pensar numa proposta de educação sexual que se relacione com as questões dos corpos territórios, das masculinidades, das feminilidades, que potencializem as existências negadas e as interações com a diversidade sexual teria que ter como aspecto central a questão da liberdade, da visibilidade, do respeito e do diálogo.

O presente texto foi desenvolvido a partir de um questionário aplicado na rede pública de ensino do município de Gandu-Bahia, o após o parecer consubstanciado do Comitê de ética³. Este texto traz como proposta analisar as concepções dos professores da educação básica do município de Gandu-Bahia acerca de currículo, diversidades e identidades sexuais no cotidiano das escolas da rede pública de ensino.

Louro (2008), capitaneada na possibilidade de se pensar ou de se estranhar o currículo, direcionados a partir dos estudos *queer* e de uma pedagogia *queer*, propõe a necessidade de uma política pós-identitária para a educação, que “não consiste, apenas, em assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários; mas também em admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2008, p.51).

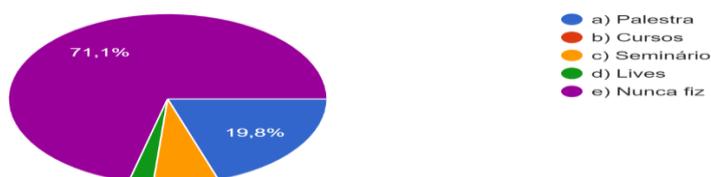
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo amostral constituiu-se de 129 professores, sendo 119 do gênero feminino e 10 do gênero masculino, todos da rede pública de ensino do município de Gandu-Bahia, com atuação profissional entre 05 a 39 anos; 114 se identificaram como cristãos (47 cristãos católicos e 67 protestantes) e os demais seguem outras religiões.

Os participantes possuem faixas etárias distintas, sendo que a maior parte da amostra apresenta idades entre 28 a 60 anos. Em relação à formação acadêmica dos participantes, apenas 05 não têm curso superior. Destaca-se que, entre os respondentes, 41 tem pós-graduação lato sensu, 05 pós-graduação stricto sensu, e os demais graduação em Pedagogia.

Para analisar os conhecimentos e as concepções prévias dos professores referentes ao currículo e a diversidade sexual, as primeiras questões do instrumento de coleta de dados apresentaram teor conhecimento prévio dos participantes sobre formação, documento oficial, o trabalho pedagógico com a temática diversidade sexual e as práticas escolares do cotidiano escolar. Inicialmente, o grupo foi questionado sobre formação relativa à diversidade sexual na escola. Os dados obtidos estão apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1- Formação à Diversidade Sexual



³ Aprovado sob número 4.814.839, de 29 de junho de 2021.

Fonte: Dados da pesquisa. (Julho/ Agosto de 2021).

O gráfico 1 traz as respostas das/os professoras/es no que se refere à formação sobre a temática diversidade sexual. Conforme fica perceptível, 71,1% dos respondentes afirmaram que não há formação continuada que os habilite para discussão em relação à sexualidade/diversidade sexual e mesmo o que sinalizaram já ter realizaram palestra, seminário e ou lives sobre a temática, foram insuficientes frente a uma rede pública de ensino, ao mesmo tempo em que é crucial enfatizar que nenhum participante sinalizou a existência de cursos de formação de continuada promovido pela Secretaria de Educação com o tema da diversidade sexual.

Os dados demonstrados no gráfico supracitado evidenciam a necessidade das/os professoras/es de uma formação específica para o trabalho com as questões identitárias relativas à diversidade sexual no currículo escolar. Tal formação tem que dar condições de atuar pedagogicamente no cotidiano escolar com as/os estudantes com as pautas que envolvem a questão das diversidades e identidades sexuais e das sexualidades.

Atualmente, estudos voltados à relação diversidade e formação docente sinalizam a necessidade de se compreender as diversidades e identidades sexuais como aporte da estrutura social e entender que toda a intervenção curricular tem como objetivo a preparação das/os cidadãs/os para que sejam capazes de exercitar socialmente, criticamente e solidariamente as suas ações. Sendo assim, as discussões acerca das diversidades sexuais nos currículos dos cursos de formação de professoras/es representam uma forma de encontrar as brechas curriculares que possam romper com a imposição da cishetoronormatividade presente nas propostas curriculares da educação do país. Sobre essa questão, Antonio Nóvoa (1991) corrobora que

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundido “formar” e “formar-se, não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação [...] Urge por isso (re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida. (NOVOA, 1991, p. 12-13)

Tendo como inspiração esta citação, podemos deduzir que há sim uma busca real e extensa por formação, no entanto sugere-se, a crucial necessidade de olhar, com sensibilidade para as subjetividades das/dos professores, as quais os formam e mudam em docentes. É crucial destacar que, é por intermédio da formação docente, inicial ou continuada, que um terreno fértil de investimentos das mais variadas discussões das diversidade e identidades sexuais poderiam ser lançadas e contribuir para a reversão desse contexto imposto pelo

currículo cisheteronormativo. Entretanto, há que se analisar que, especificamente no que se refere a questões relativas à formação docente no campo da sexualidade, e diversidade sexual, portanto, e sua conectividade com temáticas de gênero, há a existência de um ativismo conservador no cenário nacional que mobiliza casas legislativas, púlpitos, governos, mídias e movimenta pânico morais. A participação deliberada e perniciosa de inúmeros grupos se contrapõe à incorporação desta discussão nos ambientes escolares e se utiliza de diversas manobras para isso, tendo até algumas apresentadas como neutras. O autor Biroli (2018, p. 90) alerta que diante deste cenário, “a criminalização de profissionais e o questionamento dos fundamentos de sua competência ultrapassa, no entanto, escolas e universidades”.

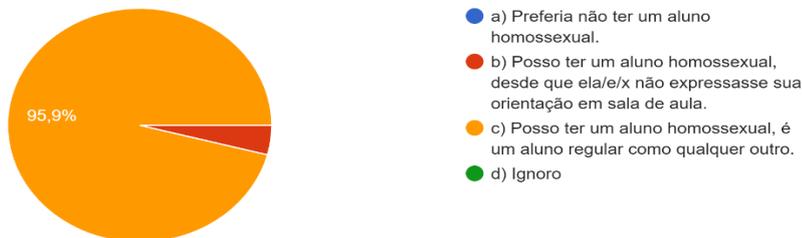
No que diz respeito ao conhecimento de documento oficial que oriente as escolas acerca da diversidade sexual, dos 129 professores (as) respondentes, apenas 24 conhecem algum documento oficial. Esses documentos oficiais são os PCN’s e a BNCC. Os 105 respondentes destacaram não conhecer nenhum documento orientador. As afirmações dos professores (as) corroboram que, após quase vinte e cinco anos da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) que propõe a transversalização da temática sexualidade na escola (denominada de orientação sexual), essa proposta não se efetivou, por inúmeras razões, dentre as quais podemos destacar o desconhecimento e o despreparo em relação ao tema e à abordagem transversal. Com um maior rigor na análise das respostas dos respondentes pode-se, mesmo, tensionar se essa temática é abordada efetivamente nas escolas e reconhecer que não há consensos sobre o que abordar, como abordar e quem abordar, já que a maioria dos professores da rede pública de ensino de Gandu desconhecem documentos oficiais que abordem a temática.

Quando as/os professoras/es destacam a existência dos PCN’s e da LDBEN como documento oficial para orientar as escolas para realização de ações educativas acerca da diversidade sexual, é evidente que uma série de documentos que norteia e salvaguarda a prática docente sobre a diversidade sexual e de gênero, como por exemplo a Constituição Federal (CF), o Programa Nacional de Direitos Humanos II, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Programa Brasil sem Homofobia, e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos LGBT não são conhecidos pelos professores.

Diante desse cenário, infelizmente, estamos diante da perpetuação de uma prática historicamente construída: a abordagem da sexualidade a partir dos aspectos biológicos (aparelho reprodutor, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos) pelo professor da área de Ciências Biológicas, tendo a manutenção de um currículo cisheteronormativo que traz os ensinamentos a partir da normalização das

expressões de gênero, o modelo nuclear de um casal heterossexual reprodutor, da família padrão, da hierarquização dos gêneros, da exclusão de orientações sexuais dissidentes.

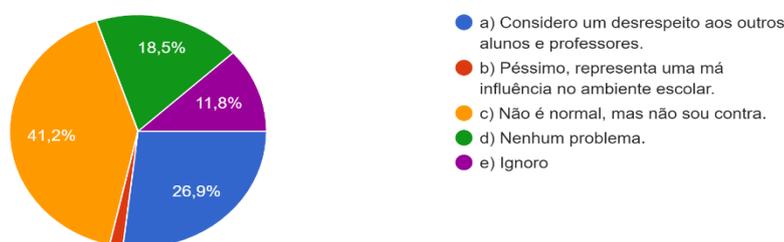
Gráfico 02- Sobre ter um aluno homossexual



Fonte: Dados da pesquisa. (Julho/ Agosto de 2021).

Quando os professores respondem que podem ter um aluno homossexual, pois é “um aluno regular como qualquer outro”(P1), essa fala já sinaliza uma postura mais inclusiva, na medida em que, de certa maneira, esse professor reconhece ou admite a visibilização das diversidades e identidades sexuais dos alunos. Esse reconhecimento é crucial para tomadas de decisões no que se refere aos cursos de formação continuada para lidar com este aluno (a). Mas não podemos deixar de lado que 4,1% dos professores que sinalizaram não se importarem em ter um aluno homossexual, desde que ela/e/x não expressasse sua orientação em sala de aula. O que está em jogo nesse momento é o reconhecimento ou não das diversidades e identidades sexuais que fogem a lógica cisneteronormativa. Percebe-se que o que está em pauta, é a visibilidade dessa sexualidade através dos trejeitos, das vestimentas, da fala. Há um incomodo com essas identidades que ultrapassa o discurso direto do “assumir-se” ou não por parte do aluno (a).

Gráfico 03- Alunos (as) homossexuais andando de mãos dadas ou se beijando dentro do espaço escolar.



Fonte: Dados da pesquisa. (Julho/ Agosto de 2021).

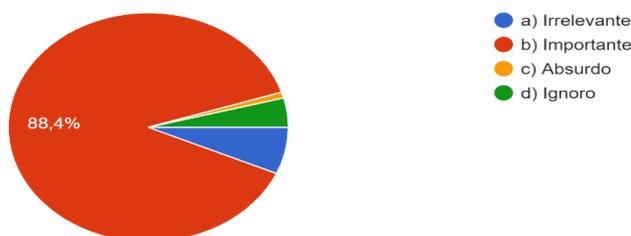
As colocações acima remetem a situações vividas por crianças, adolescentes e jovens estudantes. Situações rotineiras e comuns em que o pequeno gesto de andar de mãos dadas entre os alunos homossexuais banaliza o existir do outro. 41,2% e 26,9% das/os professores participantes da pesquisa deixaram claro que tais situações são classificadas como erradas, já

que fogem da lógica da cisheteronormatividade. Também é preciso enfatizar que esses momentos demarcam que as diferenças passam a ser apontadas como abjetas. Segundo Bento (2017), a abjeção é uma categoria que tem uma potência dentro dos estudos direcionados para a compreensão do lugar preservado aos corpos sem inteligibilidade social.

Os sujeitos abjetos são aqueles que fogem a lógica das práticas hegemônicas fundamentadas na matriz cisheterossexual que padroniza e regula os corpos. A situação descrita “ sobre os alunos homossexuais darem as mãos ou se beijando dentro do espaço escolar” contraria essa matriz. É perceptível nos 41,2% que o normal é estar em consonância com os padrões da sexualidade padronizada que é o modelo cisheteronormativo, branco, patriarcal.

Dando continuidade ao diálogo com as/os professoras/es, emergiu, também, a discussão acerca da existência de posturas de preconceito, vinda das/os docentes, como o do tipo “O que na verdade acontece, são conversas de bastidores (sala do professor). Conversas do tipo: “fulano tem um jeitinho”; “fulano é alegre”. Neste contexto penso que professoras e professores, indivíduos, trazem consigo suas emoções, questões culturais, políticas e religiosas de formação, que envolvidos constituem a cada uma/um e não podem e nem conseguem se despir totalmente em pouco tempo ou de um momento para o outro. Retornando a fala “são conversas de bastidores (sala do professor). Conversas do tipo: “fulano tem um jeitinho”; “fulano é alegre”, constrói inúmeras situações que possibilita problematizar as relações na escola, envolvendo alunas/os e professoras/es, cujas posições de discriminação as vezes se misturam, se repetem e/ou combinam. É preciso ficar claro que quem educa, também deseduca, ou proporciona uma educação com preconceitos, quando deixa de combater as posturas e discursos de discriminação.

Gráfico 4- Educação sexual nas escolas.



Fonte: Dados da pesquisa. (Julho/ Agosto de 2021).

Os dados do gráfico 4 evidenciam que 88,4 dos professores consideram importante a educação sexual nas escolas. Sendo assim, como a formação docente, de maneira geral, está fragilizada com relação às questões sociais, culturais e históricas da sexualidade e sua

correlação com as identidades sexuais, para que se alcance a apropriação teórica necessária é preciso que os (as) professores (as) tenham acessibilidade a um espaço coletivo de produção de conhecimento plural, reconhecendo os valores que norteiam suas condutas e estando sensibilizados quanto à existência das diversidades e identidades sexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e abordagens desenvolvidas neste estudo permitiram que a percepção das/os professoras/es da rede pública de ensino do município de Gandu-Bahia sobre as diversidades sexuais e educação sexual fosse acessada e, dessa maneira, as potencialidades e as fragilidades da sua prática pedagógica pudessem ser identificadas, as quais poderão viabilizar investimentos formativos para a consecução de uma experiência docente mais efetiva quanto aos assuntos relativos ao currículo escolar e as sexualidades, tendo em vista seus desdobramentos teóricos, sociais, culturais, históricos e relacionais.

Verificou-se que as/os professoras/es sinalizam que a educação sexual é uma temática importante e relevante que deveria ser trabalhada na educação básica. Nesse sentido, tal indicativo reverbera uma necessidade de um saber sobre o assunto, pois conforme já pontuado pelos professores acerca da formação continuada, faltava-lhes o conhecimento teórico. Essa postura de assumir a necessidade de se tratar sobre educação sexual na rede de ensino público do município de Gandu é um ponto bastante importante para possibilitar que brechas curriculares sejam colocadas à disposição dos professores da rede de ensino para ampliar discussões, conceitos e espaços de debates sobre currículo, diversidades e identidades sexuais.

Face ao exposto, considera-se que as abordagens sobre o currículo, a diversidade sexual e as identidades sexuais em suas múltiplas dimensões são um grande desafio para a/o professora/or que tem a necessidade de implementar práticas educativas alinhadas às práticas conceituais, tendo em vista que esse trabalho exige a integração de objetos de conhecimentos específicos. Sendo assim, como a formação docente, de maneira geral, está fragilizada com relação às questões sociais, culturais e históricas da sexualidade e sua correlação com as identidades sexuais, para que se alcance a apropriação teórica necessária é preciso que as/os professoras/es tenham acessibilidade a um espaço coletivo de produção de conhecimento plural, reconhecendo os valores que norteiam suas condutas e estando sensibilizados quanto à existência das diversidades e identidades sexuais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. Dalmazo Afonso de. **O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, F. **Reação conservadora, democracia e conhecimento**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo** In: LOURO, G. L. (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. Pedagogias da sexualidade. In (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. In: LOURO, G. L., Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (Org). Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos LGBT no Brasil- Relatório 2021**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2021.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em 20/07/2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, 16. ed. RJ: Vozes, 2014, 7ª reimpressão, 2020.

MARTINELLI, Maria Lucia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. NESPI, nº. 1, São Paulo, PUCSP, 1999.

MISKOLCI, R. **A teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização**. Sociologias, Porto alegre, n.21, p.150-182, jan/jun.2009.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SEFFNER, F. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar**. Educacao e Pesquisa, são Paulo, v.39, n.1, p.145-159, jan/mar. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, Tomas Tadeu da **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 156 p.